

## **DOADORES E A COMPANHIA DE JESUS NO RIO DE JANEIRO E SÃO VICENTE, SÉCULOS XVI E XVII**

*Donors and the Society of Jesus in Rio de Janeiro and São Vicente, 16th and  
17th centuries*

Marcia Amantino\*

### **RESUMO**

O principal objetivo deste texto é analisar a importância que as doações tiveram para a Companhia de Jesus e identificar as pessoas e as famílias que doaram bens a esses religiosos nas capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente entre os anos de 1553 a 1640. Busca-se perceber em que medida esses indivíduos e ou famílias utilizavam as doações como forma de angariar poder e status social por meio da perpetuação da memória familiar na história local, além é claro, de favorecer, segundo os parâmetros religiosos, a salvação de suas almas. Para atingir esses objetivos, serão utilizados documentos provenientes *do Livro de Tombo do Colégio do Rio de Janeiro* e da documentação elaborada pelos próprios padres e enviada a seus superiores em Roma.

*Palavras-chave:* doações, Companhia de Jesus, Rio de Janeiro, São Vicente.

---

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira-UNIVERSO. Niterói, Brasil. Correo electrónico: marciaamantino@gmail.com

## ABSTRACT

The main objective of this text is to analyse the importance that donations had for the Society of Jesus and identify people and families who donated goods to these religious in the captaincies of São Vicente and Rio de Janeiro from 1553 to 1640. The aim is to understand to what extent these individuals and or families used the donations as a way to raise power and social status through the perpetuation of the family memory in local history, and of course, favour, according to the parameters, the salvation of your souls. To achieve these goals, documents shall be used from the “Livro de Tombo do Colégio do Rio de Janeiro” and the documentation prepared by the priests and sent to his superiors in Rome.

*Keywords:* Donations, Society of Jesus, Rio de Janeiro, São Vicente.

A Companhia de Jesus chegou às terras americanas em 1549, desembarcando em Salvador, na Bahia, junto com o aparato administrativo e militar chefiado pelo primeiro governador geral Tomé de Sousa. Tratava-se, segundo Rodrigo Faustinoni Bonciani, de um projeto político da coroa portuguesa visando tomar para si o controle sobre a população colonial, mais especificamente sobre a população não cristã, ou seja, sobre os índios. O estabelecimento do governo geral tinha como uma de suas principais metas diminuir o poder pessoal dos colonos e ampliar o poder do rei por intermédio de seus representantes<sup>1</sup>. Ainda que no Regimento de Tomé de Sousa não houvesse nenhuma referência a Companhia de Jesus ou a qualquer outra ordem religiosa ou mesmo aos padres seculares, há evidentes manifestações envolvendo aspectos políticos e religiosos, numa simbiose em que a colonização tem claramente um aspecto religioso<sup>2</sup>. A Companhia de Jesus, ordem recém-criada naquele momento, se prestava aos interesses da Coroa na medida em que seus religiosos se lançavam ao mundo em busca de novas conversões. Enviados à América, foram essenciais no projeto de colonização e controle sobre as populações nativas e sobre os colonos. De acordo com Eunícia Barros Barcelos Fernandes, “a cristianização da terra – sua sagração– e das gentes seria, então, um mecanismo, um meio através do qual se efetivaria a colonização”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Bonciani, R. (2010). *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico*. São Paulo, SP. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, p. 129.

<sup>2</sup> Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. *Futuros outros: homens e espaços. Os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América portuguesa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2015, p. 142.

Como contrapartida pelo papel desempenhado pela Companhia de Jesus nas terras conquistadas, a coroa portuguesa proporcionava-lhes condições materiais e financeiras para seu estabelecimento e, dentre os principais elementos de apoio, estavam as dotações reais voltadas para a sustentação dos religiosos nos colégios que seriam estabelecidos. Tanto a coroa quanto os padres sabiam que não poderiam contar com o apoio financeiro dos moradores locais. A terra encontrada pelos primeiros jesuítas, liderados pelo padre Manoel da Nóbrega, era segundo sua visão, povoada por uma gente pobre, que vivia, em sua maioria, em pecado, amancebada com suas índias escravas e com filhos ilegítimos espalhados por toda a terra, que, por sua vez, não “custa[va] dinheiro”<sup>4</sup>. Alguns anos depois, já em 1561, o padre ainda não havia mudado de ideia e, explicava ao seu superior Diego Laynes que estavam “en tierra tan pobre y miserable que nada se gana com ella porque es la gente tan pobre, que por mas pobre que seamos somos mas ricos”<sup>5</sup>.

Rapidamente, alguns padres jesuítas perceberam que a única solução para o sucesso do projeto missionário passava pela busca da autonomia financeira. Embora a dotação real existisse, nem sempre chegava nos períodos acertados e, com o passar do tempo, não era mais suficiente para sustentar a ampliação de interesses da Companhia de Jesus. Em alguns casos, a dotação real era quase simbólica frente as receitas dos colégios e alguns, como o de São Paulo, ficavam anos sem receber nada. Se a ideia era ampliar a catequese para uma maior área possível englobando um amplo contingente populacional, dinheiro e condições financeiras eram essenciais e as dotações não supririam essas necessidades. Para atingirem sua autonomia, o apoio do governador geral e das demais autoridades aos religiosos por meio de privilégios econômicos e políticos e de doações de sesmarias seriam (e foram) o ponto de partida para o início da construção de seu patrimônio e da autonomia financeira.

Este texto tem como objetivo perceber o papel que as doações tiveram para a Companhia de Jesus e identificar as pessoas e as famílias que doaram bens a esses religiosos nas capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente entre os anos de 1553 a 1640. Busca-se perceber em que medida esses indivíduos e ou famílias utilizavam as doações como forma de angariar poder e status social por meio da perpetuação da memória familiar na história local, além é

---

<sup>3</sup> Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. *Futuros outros*, p. 146.

<sup>4</sup> Carta do Padre Nóbrega para o padre Provincial em 1552. Nóbrega, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p.130.

<sup>5</sup> Carta do Padre Nóbrega para o padre Superior Diego Laynes em 12.6.1561. In: Leite, Serafim. *Monumenta Brasiliae*. Roma, 1960, vol. III, p. 365.

claro, de favorecer, segundo os parâmetros religiosos, a salvação de suas almas. Para atingir esses objetivos, serão utilizados documentos provenientes do *Livro de Tombo do Colégio do Rio de Janeiro* e da documentação elaborada pelos próprios padres e enviada a seus superiores em Roma<sup>6</sup>.

Entretanto, antes de verificar a situação das doações no Rio de Janeiro e São Vicente, é oportuno perceber como a Companhia geria essa questão. Havia, ainda em finais do século XVI, muitas dúvidas acerca do que se podia aceitar, do que não se podia e, principalmente, como deveria ser feito o recebimento. Além disso, havia uma outra questão importante que precisava ser dirimida pelas instâncias superiores: o doador passaria a ter algum privilégio na ordem? Algumas dessas perguntas foram respondidas, demonstrando que passados alguns anos da morte do fundador Inácio de Loiola e da elaboração das Constituições, muitas questões que se apresentavam no cotidiano das relações com diferentes povos surgiam e precisavam de respostas.

Um exemplo dessa situação ocorreu no ano de 1576, quando da cidade de Toledo perguntaram “Si el rector del collegio puede acetar donnaciones que non son sin carga y las aceptadas, si puede el Provincial o alguno outro repudia las, sin que sea *enagenacio*”. A resposta foi clara e afirmava que o reitor do colégio tinha pleno senhorio não necessitando da anuência do geral, “salvo quando el provincial o rector acceptase algo excedendo de sus officios”<sup>7</sup>.

Dois anos antes, era o padre geral Mercuriano quem explicava ao reitor do colégio da Bahia, Ignacio de Tolosa, sobre a questão das doações. Segundo o padre geral,

Bien se podra recibir limosnas em los collegios de la Baya y en el Rio de Janeiro, supuestas las razones y necessidades qui ay en ellos, attienda que las constituciones 4 par cap 2 no quitan esta facultad sino adonde se podria seguir escândalo *et ob maiore pupuli adificatione* todavia V.R. mirara que no se demande importunamente<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Biblioteca Nacional. *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968; Archivo Romano Societas Iesus – Arsi, Prov. Bras. Ord & Epp. 1566-1603.

<sup>7</sup> Arsi. Prov. Bras. Ord & Epp. 1566-1603. *Extracta excongregoibus e memorialibus Provinciarum quae fequantur e approbara excomigeise R.N. P. Generalis per Patrem Afonsequa & Patrem Lucium assistentes ut mifferentur in Provinciam Trasiliae mense septemb.* 1576, p. 30.

<sup>8</sup> Arsi. Prov. Bras. Ord & Epp. 1566-1603. Cópia de uma carta de nosso Padre General E. Mercuriano de 12 de dezembro de 1574 para padre Ignacio de Tolosa, p.62.

Resolvidas essas questões e identificadas que as escolas ou doações poderiam ser aceitas, desde que não fossem escandalosas, a Companhia de Jesus, assim como as demais ordens já faziam, assumiu como uma de suas fontes de rendas ou de ajuda esses donativos. Tentando entender como se deu esse processo em um espaço colonial, foi escolhida para análise a região que englobava em fins do século XVI e início do século seguinte as capitanias do Rio de Janeiro e de São Vicente por terem, conforme já explicitado, os assentos das doações registradas no Livro de Tombo do Colégio do Rio de Janeiro. Além disso, é possível identificar nessa documentação, uma grande ligação entre os interesses dos jesuítas no Rio de Janeiro com os moradores de São Vicente, bem como uma intensa circulação de pessoas e de relações comerciais entre as duas capitanias. Ambas as regiões ainda não tinham, naquele momento, uma definição geográfica precisa a respeito de seus limites e os registros das doações ocorreram tanto em espaços identificados como pertencendo a capitania do Rio de Janeiro como em outros localizados em São Vicente.

Como o colégio do Rio de Janeiro era o mais importante na região sul do império português geria os interesses dos inicianos tanto da cidade, quanto de São Vicente, de Santos e de regiões que hoje fazem parte do Estado do Rio de Janeiro, como por exemplo, Cabo Frio, Búzios e Campos dos Goitacazes, pelo menos até meados do século XVIII. Desta forma, o colégio do Rio de Janeiro recebeu e registrou as doações realizadas em todas essas áreas. Nele foram identificadas doações, compras ou permutas de terras, casas, chãos, serventias e de sesmarias realizadas entre os padres, autoridades e colonos. Analisando apenas as doações, pode-se afirmar que entre os anos de 1553 a 1630 os padres fizeram em seu Livro de Tombo do Colégio do Rio de Janeiro o registro de 30 doações no espaço compreendido pelas capitanias do Rio e de São Vicente.

Além desses assentos, é possível identificar também nesse conjunto documental o intenso movimento que havia de pessoas entre as duas capitanias e como os interesses dos jesuítas estavam imbricados na região, demonstrando que as fronteiras entre as capitanias além de não estarem definidas, não faziam falta –ou mesmo facilitavam– os interesses da Companhia de Jesus, pois ela recebia terras e benefícios em uma e outra, mantinha seus índios aldeados em ambas e fazia com que seus produtos e mercadorias circulassem livremente na região (ver mapa 1).



dia 1º. a agraciada foi a Companhia de Jesus como reconhecimento por todos os serviços prestados à coroa e no dia 16 foi a vez da municipalidade<sup>10</sup>. Para as autoridades metropolitanas, o papel dos jesuítas na nova região colonial havia sido e continuaria a ser essencial. Assim, eles foram agraciados com terras antes mesmo das principais famílias de conquistadores em função do papel decisivo que tiveram na fundação da cidade. A doação da sesmaria era a comprovação da importância dos serviços desempenhados pelos padres nas batalhas, nas disputas diplomáticas e no controle sobre as populações cristãs e não cristãs, mas era também uma forma de propiciar à ordem condições materiais para o serviço espiritual que desenvolveriam junto à população que seria estabelecida na região.

Somente depois dessas doações é que começaram a ser distribuídas terras para os homens que participaram nas batalhas, que exerciam cargos e ocupações vitais para a nascente cidade de São Sebastião ou que tinham importância política em suas capitanias de origens. Ao chegarem à Baía da Guanabara com seus homens, escravos e índios, lutaram com o objetivo de tomar posse das terras em nome do rei português e deslançar a colonização numa região estratégica aos interesses comerciais da coroa, mas deles também. A entrega de sesmarias a esses homens foi a recompensa pelos serviços prestados e estava de acordo com o que se esperava do monarca e de seus representantes. Sem condições econômicas e de gente para assumir os custos da empreitada da conquista, a monarquia lusa precisou lançar mão do artifício comumente utilizado que era a atração de cabedais locais. Em troca, como recompensa, distribuiu honrarias, mercês e terras para o estabelecimento dos homens bons do lugar e esses por sua vez, rapidamente tornaram-se os futuros administradores, comerciantes, senhores de engenhos e funcionários da câmara<sup>11</sup>.

Praticamente todas as pessoas que ocuparam a cidade e seus arredores vieram de Portugal ou de outras capitanias, principalmente de São Vicente, para participar com seus homens armados nas lutas de expulsão dos franceses e dos índios tupinambás e receberam em troca porções maiores ou menores de terras. Ainda que muitos desses conquistadores fossem abastados senhores de

---

<sup>10</sup> Nesta terra os jesuítas construíram o colégio do Rio de Janeiro e estabeleceram mais tarde o Engenho Velho, o Engenho Novo e a Fazenda de São Cristóvão. Cf. Cavalcante, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, pp. 25, 56-57.

<sup>11</sup> João Fragoso, baseando-se em Antônio Manuel Hespanha desenvolve a ideia de que tais práticas caracterizariam uma economia do “bem comum”. Cf. Fragoso, João. A nobreza da República: Notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro, séc. XVI e XVII. In: *Topoi*, n.1, Rio de Janeiro: UFRJ, pp. 45-122.

terras e de escravos em suas capitanias de origem, estavam começando uma nova empreitada em suas vidas numa região ainda inóspita, ampliando suas áreas de atuações econômicas e políticas. Alguns outros estavam iniciando ou reiniciando suas atividades nesse território, assim como os religiosos. Todas essas pessoas não poderiam, ou não tinham interesse naquele momento, em fazer doações aos padres na nova localidade. Desta forma, nos primeiros onze anos de estabelecimento dos inacianos em terras fluminenses, as doações recebidas por eles foram efetuadas pelas autoridades coloniais e não por particulares. Somente a partir de 1571 começaram a receber alguns bens dos colonos em terras da capitania do Rio de Janeiro<sup>12</sup>.

A tabela a seguir demonstra a distribuição das doações recebidas pela Companhia de Jesus de acordo com a categoria dos doadores.

Tabela 1 – Doadores da Companhia de Jesus, Rio de Janeiro e São Vicente, 1561-1630

<b>Doadores</b>	<b>Quantidades</b>	<b>%</b>
Autoridades	17	56,67
Particulares	13	43,33
Total	30	100

Fonte: Biblioteca Nacional. *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*.

Entretanto, ainda que fazendo uma diferenciação entre “autoridades” e “particulares” é importante destacar que naquela sociedade de Antigo Regime, não haveria distinção entre uma atitude pública e uma atitude privada. Ao efetivar uma doação, uma autoridade não o fazia apenas como um representante do rei nas terras da conquista, mas fazia também como um crente, um devoto deste ou daquele santo ou ordem religiosa e desejava contribuir assim para a diminuição de seus dias e de seus parentes no purgatório. Anos depois, os descendentes dessas autoridades lembravam as doações como tendo sido feita pelo seu antepassado e não por quem exercia um cargo político ou administrativo. Desta forma, a doação ficava computada nas benesses que aquela família havia feito no passado.

<sup>12</sup> Biblioteca Nacional. *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*.



## Os doadores

Martim Afonso de Sousa, Pedro Ferraz e Jerônimo Leitão, capites mores da Vila de São Vicente, Estácio de Sá, Cristóvão de Barros, Mem de Sá, Salvador Correia de Sá e Martim de Sá, governadores da capitania do Rio de Janeiro foram homens poderosos e representantes do rei nas conquistas e realizaram concessões para a Companhia de Jesus. Conforme já apresentado, das 30 doações recebidas pelos padres, 17 foram feitas pelas suas autoridades (56,67%). Pela análise do conjunto de bens recebidos pela ordem, pode-se inferir que esse tipo de donativos tinha um papel estruturante em termos econômicos, pois tratavam das maiores extensões de terras. Além delas, havia também ilhas e rochas para a extração de pedras. Analisando apenas a capitania do Rio de Janeiro, o que se percebe é que no núcleo central da cidade, os padres receberam dos colonos apenas serventias, casas e chãos, bens com valores muito menores do que as terras. As terras que ganharam dos moradores foram em regiões afastadas da cidade e, evidentemente, a atitude partiu de homens poderosos: de Miguel de Moura, angariaram as terras onde posteriormente estabeleceram a fazenda da Papucaia; da Marquesa Ferreira receberam a região onde montaram alguns anos depois parte da fazenda de Santa Cruz e de Simão Barriga, conseguiram as terras de Inhaúma. Em comum nas três doações, o fato delas só terem ocorrido perto do final do século XVI, quando o processo de avanço da colonização sobre o território da capitania já estava melhor delineado. Já as doações de terras feitas na capitania de São Vicente ocorreram anos antes. Brás Cubas e seu genro Manoel Veloso, o religioso Fernão Luís e Irmão Pero Correia, doaram terras em Santos, Bertioga, Ilha de Goáibe e Peruíbe<sup>13</sup>. Talvez o motivo para essas doações terem ocorrido de maneira mais precoce esteja no fato de que São Vicente era região de colonização mais tardia do que o Rio de Janeiro e mesmo antes da efetiva fundação da vila em 1532, portugueses, provavelmente náufragos, viviam naquelas terras em contatos muito próximos com grupos indígenas facilitando assim a ocupação da região. Portanto, em termos de comparação, a colonização da capitania de São Vicente estava mais consolidada do que a do Rio de Janeiro em fins do século XVI.

Analisando os treze casos de doações feitas por particulares (43,33%), pode-se perceber algumas características. A tabela a seguir mostra quem eram essas pessoas, o ano em que elas realizaram suas doações e a localidade:

---

<sup>13</sup> Biblioteca Nacional. Livro de Tombo do Colégio dos Jesus do Rio de Janeiro.

Tabela n. 2 - Doadores particulares de bens a Companhia de Jesus, Rio de Janeiro e São Vicente, 1553-1611.

<b>Doadores particulares</b>	<b>Data da doação</b>	<b>Local da doação</b>
Pedro Correia	20.03.1553	São Vicente
Brás Cubas e seu genro Manuel Veloso Espinha	21.07.1567	Santos
Brás Zyenes ou Aenes	17.09.1567	Rio de Janeiro
Antonio Dias	22.04.1568	Rio de Janeiro
Ayres Fernandes da Vitória	16.05.1569	Rio de Janeiro
Miguel de Moura e sua mulher Beatriz da Costa	18.10.1571	Rio de Janeiro
Fernão Luís	06.02.1576	São Vicente
Joana Dias	04.08.1576	Rio de Janeiro, cidade
Heliodoro Eóbanos e sua mulher Filipa Delgada	25.08.1576	Rio de Janeiro, cidade
Antonio de França	05.03.1585	Rio de Janeiro
Marquesa Ferreira	08.12.1589	Rio de Janeiro
Simão Barriga	08-09-1595	Rio de Janeiro
Fernão Baldes e sua mulher Anna Dias	01-08-1611	Rio de Janeiro, cidade

Fonte: Biblioteca Nacional. *Livro de Tombo do Colégio dos Jesus do Rio de Janeiro*.

Dezessete pessoas estavam envolvidas nas treze doações de bens para os padres. Ao analisar os doadores de bens apenas na capitania do Rio de Janeiro percebe-se que além de Brás Cubas que doou junto com seu genro Manuel Veloso Espinha, havia também três casais. Excluindo as mulheres destes casais, fica-se com um núcleo principal de doadores formado por quatorze pessoas com perfis variados, mas pode-se identificar que desse conjunto, sete participaram diretamente das lutas de expulsão dos franceses e das batalhas de aniquilamento e ou escravização perpetradas contra os índios tupinambás (Brás Cubas e Manoel Veloso, Ayres Fernandes da Vitória, Antonio de França, Fernão Luís, Heliodoro Eóbanos e Simão Barriga). Duas mulheres fizeram doações para os padres e, pelo menos no caso de Marquesa Ferreira, que era filha de Jorge Ferreira e viúva de Cristóvão Monteiro ambos fundadores da cidade, portanto, recebedores de sesmarias, sabe-se da ligação da família com o processo de fundação da *urbe*<sup>14</sup>. Assim, esta ligação das famílias doadoras com a formação da cidade, sobe para oito casos (57,14%). Sobre Joana Dias, só se sabe que havia recebido seu “chão” do governador Salvador Correia de Sá e nele

<sup>14</sup> Belchior, Elísio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965, p. 211.

construiu sua casa e que Antonio Dias era um degredado que fora enviado para a cidade do Rio de Janeiro<sup>15</sup>.

As doações realizadas por essas pessoas ocorriam tanto ao longo de suas vidas quanto depois de mortos. Contudo, os registros parecem indicar que os doadores identificavam suas ações como uma atitude política e de marcação de seu status social. Das treze doações, dez foram feitas em vida. Ou seja, parece que os próprios doadores fizeram questão de usufruir durante sua vida da condição favorável de ser um benfeitor da Companhia de Jesus. Mas a Companhia de Jesus impunha um limite muito claro para o exercício desses privilégios. Em 1597, o padre general Acquaviva escrevendo para o padre Pero Rodrigues, deixava claro que os doadores não podiam ser nomeados como “hermanos de la companhia” por que “nossa Religion nunca deo tales apelidos a personas de fuera”<sup>16</sup>. Além disso, havia ainda uma questão de poder envolvendo a autonomia jesuítica e os interesses do clero regular para controlar suas atividades e as doações poderiam facilitar esse controle e era exatamente isso que os superiores da ordem não queriam admitir. Nessa mesma carta Acquaviva foi enfático ao afirmar que as esmolas dadas ao colégio de Pernambuco “liberalmente sin condicion alguna” deveria ser aceita como caridade. O conflito entre as esferas religiosas aparece na sua conclusão: deve-se aceitar a caridade, “mas no con peligro que se ayan de visitar las dichas capelas por los prelados”<sup>17</sup>.

Apenas com o intuito de verificar como poderiam ocorrer as doações serão analisados nesse momento alguns casos de doadores que participaram do processo de conquista da Guanabara e que tiveram suas histórias ligadas à da Companhia de Jesus.

Brás Cubas era um fidalgo português da casa real chegado à América como criado de Martim Afonso de Souza no ano de 1532. Escolheu fixar residência em São Vicente e lá angariou muitas sesmarias, postos de comando e poder. Era um homem envolvido nas lutas contra indígenas que atacavam a região, participava das expedições aos sertões em busca de metais preciosos e índios para serem escravizados e exercia cargos políticos importantes. Apesar de nunca ter se casado, teve vários filhos naturais e todos conseguiram bons casamentos, demonstrando o poder de seu nome e de sua fortuna<sup>18</sup>. Brás Cubas

---

<sup>15</sup> Biblioteca Nacional. *Livro de Tombo do Colégio dos Jesus do Rio de Janeiro*, p. 123. O que devo fazer? Porque o p está marcado em amarelo?

<sup>16</sup> Arsi. Prov. Bras. Ord & Epp. 1566-1603. Carta do padre General Claudio Acquaviva em 4 de outubro de 1597 para Provincial Pero Rodrigues. pp. 236-237.

<sup>17</sup> Arsi. Prov. Bras. Ord & Epp. 1566-1603. Carta do padre General Claudio Acquaviva em 4 de outubro de 1597 para Provincial Pero Rodrigues. p. 236. O que devo fazer? Porque o p está marcado em amarelo?

foi um típico homem da sociedade paulista no que diz respeito às suas atividades econômicas e sociais. Silvana Alves de Godoy, analisando a sociedade paulista do século XVII, percebeu esse mesmo padrão, ou seja, a formação de riqueza por via do apresamento de índios, a concentração deles como mão de obra compulsória nas propriedades da elite e a pulverização desse tipo de trabalho por toda a sociedade. Além disso, a autora identificou também vários membros dessa elite que, casados ou não, mantinham relações com inúmeras mulheres indígenas, gerando uma prole mestiça, mas que era aceita socialmente e possuindo direitos a herança, caso fossem reconhecidos pelos pais<sup>19</sup>.

Como provedor da capitania de São Vicente, Brás Cubas escreveu ao rei em 25 de abril de 1562 pedindo que fossem enviadas armas e munições para a região porque os moradores viviam com constantes receios dos ataques indígenas. Além do que, era importante demais povoar o Rio de Janeiro para que os franceses não alcançassem mais espaços e não pudessem manter contatos com os tupinambás, trocando armas de fogo e pólvora com eles<sup>20</sup>.

Em 1567 estava na armada de Mem de Sá quando a mesma chegou à Baía da Guanabara e lutou ao lado dos muitos colonos que vieram das capitanias de São Vicente, do Espírito Santo e da Bahia auxiliado por seus homens armados, índios escravos e ou livres. Pode ser que tenha sido nesse momento que conheceu seu futuro genro, Manuel Veloso Espinha, que já estava na Baía de Guanabara lutando contra os franceses e indígenas desde o ano de 1563.

Vencidas as batalhas, o governador transferiu a cidade para o alto do Morro de São Januário, logo rebatizado de Morro do Castelo, mas a situação com os indígenas ainda não estava resolvida plenamente<sup>21</sup>. Assim, em 1575, Brás Cubas participou novamente das lutas contra os tupinambás de Cabo Frio, desta vez sob a liderança do governador da capitania, Antônio Salema.

Brás Cubas era um homem influente. Suas participações nas lutas na capitania do Rio de Janeiro lhe garantiram o recebimento de três novas sesmarias: uma em São Sebastião e duas na capitania do Rio de Janeiro. No ano de 1567 fez, junto com seu genro, a doação de terras em Santos para a Companhia

---

<sup>18</sup> Franco, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1989, pp. 135-136; Belchior 142 e ss.

<sup>19</sup> Godoy, Silvana Alves de. *Mestiçagem, guerras de conquista e governo dos índios. A vila de São Paulo na construção da monarquia portuguesa na América, (Séculos XVI e XVII)*. Tese defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

<sup>20</sup> Serrão, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Estudo Histórico. Vol. I. Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965, pp. 49-50.

<sup>21</sup> Mendonça, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da pacificação*, p. 81.

alegando razões terrenas e espirituais para suas atitudes, demonstrando que um fator não excluía o outro. De acordo com suas declarações, eles doavam chãos e terras para o colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro em função do “muito serviço do Senhor Deus e a bem e proveito desta terra”<sup>22</sup>.

O padre Fernão Luís tinha como apelido “Carrapeta” ou “Carapeto”. O catálogo da Companhia de 1568 se refere a ele como Fernan Luís Carapeto<sup>23</sup>. Era um sacerdote secular que foi vigário da igreja da Vila do Porto de Santos e depois da igreja de Santiago da Vila de Bertioga, ambas na capitania de São Vicente. Em 1556, ingressou nos quadros da Companhia de Jesus e quatro anos depois, quando Mem de Sá solicitou reforços à capitania de São Vicente, o padre Fernão Luís Carapeto e o irmão Gaspar Lourenço viajaram para o Rio de Janeiro juntamente com seus índios aldeados para lutarem contra os franceses e os tupinambás. Parece que ao final das batalhas, regressou para São Vicente, talvez, acompanhando os índios de volta para casa. Em algum momento antes de 1560 já era provincial do Brasil e estava no colégio do Rio de Janeiro, quando solicitou ao governador Salvador Correia de Sá um documento que garantisse não apenas as terras de Iguaçu aos padres, mas também toda a água que continha na referida região. O pedido foi prontamente deferido pelo governador e confirmado posteriormente pelo governador geral Mem de Sá. De acordo com o catálogo da Companhia de Jesus de 1568, tratava-se de um sacerdote e escolar e tinha a capacidade de confessar. Não havia estudado latim, mas sabia a língua dos indígenas, conhecimento muito necessário naqueles momentos<sup>24</sup>. Em 1573 fez doação para o colégio do Rio de Janeiro de duas sesmarias que possuía em Bertioga e de uma outra na Ilha de Goáibe. Carapeto viveu no colégio do Rio até o ano de 1583, quando faleceu<sup>25</sup>.

O doador Eleodoro Eóbanos ou Ebanos era morador na capitania de São Vicente. Em 1565 veio participar das batalhas no Rio de Janeiro e resolveu fixar residência na cidade<sup>26</sup>. No ano de 1572 se casou com Filipa Delgada. Ocupou diversos cargos públicos: em 1569 foi escrivão da fazenda real e juiz ordinário, cargo que ocupou também em outros momentos de sua vida. Nos anos de 1583 e 1585 foi vereador<sup>27</sup>. Foi ele o tabelião que fez o primeiro

---

<sup>22</sup> Biblioteca Nacional. *Livro de Tombo do Colégio dos Jesus do Rio de Janeiro*, p. 102.

<sup>23</sup> Catálogo da Província do Brasil, 1568. In: Leite, Serafim. *Momumenta Brasiliae – 1563-1568*, vol. IV, Roma, 1960, pp. 473-482.

<sup>24</sup> Catálogo da Província do Brasil, 1568.

<sup>25</sup> Belchior, Elísio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*, pp. 293-294.

<sup>26</sup> Franco, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, p. 146.

registro de um documento no Livro de Tombo do colégio do Rio de Janeiro. Ele e sua mulher fizeram no ano de 1576 a doação de uma serventia na cidade do Rio de Janeiro aos padres.

Os três últimos doadores de bens ao colégio e que atuaram nas disputas entre franceses, portugueses e indígenas, deixaram seus legados a Companhia por meio de seus testamentos. Embora esse tipo de doação post-mortem tenha sido menor para a composição dos bens da Companhia de Jesus ela foi crucial para a economia das sociedades de Antigo Regime e permite a compreensão do papel desempenhado entre a religião e a economia formando uma rede interligada de interesses tanto de quem doava quanto de quem recebia as benesses. João Fragoso, analisando as determinações testamentárias referentes às missas para a salvação das almas encontradas nos testamentos dos traficantes de escravos e dos arrematadores de impostos na freguesia da Candelária, no Rio de Janeiro em finais do século XVII, identificou que mais de 40% de tudo o que havia sido registrado em termos de bens era destinado para as missas, para as igrejas ou para as irmandades religiosas<sup>28</sup>. O mesmo ocorria em várias outras paragens. Segundo Domingos Ortiz, “em forma de capellanías, aniversários y missas por las almas del Purgatorio, los muertos consumían una porción de la renta de los vivos”<sup>29</sup>.

Simão Barriga ocupou o cargo de alcaide mor da cidade do Rio de Janeiro por causa de sua colaboração nas lutas contra os franceses na Baía de Guanabara e atuou como procurador do Conselho da cidade entre os anos de 1570 a 1572<sup>30</sup>. Em 1569 recebeu uns “sobejos em Inhaúma entre os padres da Companhia de Jesus e a da de Antonio de São Pedro”<sup>31</sup>. Em 1595 deixava para os padres, em testamento, partes de sua terra em Inhaúma.

Ayres Fernandes vivia em São Vicente e se dirigiu ao Rio de Janeiro acompanhando Estácio de Sá nas lutas de conquista do território. Era considerado amigo dos padres inacianos, principalmente de Anchieta. Ocupou alguns cargos na nascente cidade: foi eleito juiz ordinário em 1568 e no ano

---

<sup>27</sup> Abreu, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro, 1502-1700*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, vol. 1, p. 378.

<sup>28</sup> Fragoso, João; Guedes, R. e Krause, T. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 21.

<sup>29</sup> Ortiz, Domingos A. *El Antiguo Regimén*. Los reyes católicos y los austrias, História de España. Alfaguara III: Madrid: Alianza, 1973, p. 231.

<sup>30</sup> Belchior, Elísio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*, p. 75.

<sup>31</sup> Araújo, José Pizarro de Souza Azevedo e. *Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraídas dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antonio Teixeira de carvalho. De 1565 a 1796*. *RHGB*, tomo 63, parte I, p. 104.

seguinte tornou-se vereador. Nesse mesmo ano, foi nomeado juiz dos órfãos até que em setembro de 1584 foi oficializado como mamosteiro-mor dos cativos. O curioso era que o ocupante desse cargo deveria cuidar para angariar fundos visando a libertação dos que haviam sido cativados injustamente, mas Ayres Fernandes era dono de muita escravaria e, segundo Elysio de Oliveira Belchior, utilizava os índios de um aldeamento administrado por ele mesmo em suas terras no recôncavo como mão de obra<sup>32</sup>. Ao morrer, provavelmente por volta dos anos de 1593/1594, deixou para a Companhia de Jesus terras situadas na região de Magé. Todavia, anos depois essas terras foram alvo de disputas entre os inacianos e os padres da ordem de Nossa Senhora do Carmo, que alegavam serem suas as ditas terras<sup>33</sup>. Entretanto, nem no livro de tombo do colégio dos jesuítas e nem no livro de tombo da ordem de Nossa Senhora do Carmo, há documentação que comprove a doação para uma ou para outra ordem. Seja como for, os padres da Companhia ganharam a disputa e, no dia 8 de maio de 1595 venderam essas terras para o convento do Carmo<sup>34</sup>. Segundo Belchior, o valor da transação foi de 60\$000 mil réis<sup>35</sup>. O último dos doadores, era Antonio de França, oficial da câmara da cidade do Rio de Janeiro em 1571 que além de ter legado bens para a Companhia em seu testamento, doou em vida uma lâmpada de prata para a igreja do colégio<sup>36</sup>.

Concluindo, pode-se afirmar que os registros de doações realizadas pelos indivíduos que participaram das batalhas de conquista da Guanabara no século XVI e seguinte, ajudam a compreender um pouco mais aquele universo formado por colonos, autoridades, índios e jesuítas. Além dos motivos religiosos destinados a salvação de suas próprias almas e de seus familiares, aquelas pessoas percebiam a necessidade que a ordem tinha de conseguir sua autonomia financeira numa terra onde poder e prestígio significavam possuir terras e homens sob seu controle. Em comum entre os doadores, o fato de pertencerem a elite da capitania do Rio de Janeiro e manterem relações familiares ou de negócios entre si, com as autoridades e com a Companhia de Jesus.

---

<sup>32</sup> Belchior, Elísio de Oliveira. Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro, p.181.

<sup>33</sup> Biblioteca Nacional. Anais, vol. LVII, 1935. Translado da carta de sesmaria de Ayres Fernandes em magé de uma légua de largo e dois mil braças de sertão que os padres da Companhia as queriam haver por suas, mas esta é a clareza em como pertencem a este convento as ditas terras, 1568, p. 222-226.

<sup>34</sup> Biblioteca Nacional. Anais, vol. LVII, 1935. Escritura de venda de terras que faz o Padre Reitor da Companhia aos reverendos Padres do Carmo, 8 de maio de 1595, p. 300.

<sup>35</sup> Belchior, Elísio de Oliveira. Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro, p. 182.

<sup>36</sup> Belchior, Elísio de Oliveira. Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro, p. 218.

## Referências

- Abreu, Maurício de Almeida (2010). *Geografia histórica do Rio de Janeiro, 1502-1700*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.
- Amantino, Marcia (2013). “Os jesuítas e seus escravos na capitania do Rio de Janeiro no século XVIII”. In E. Fernandes, *A Companhia de Jesus na América* (pp. 115-137). Rio de Janeiro: PUC, Contracapa.
- Araújo, José Pizarro de Souza Azevedo e. (1900). Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraídas dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antonio Teixeira de carvalho. De 1565 a 1796. *RIHGB*, tomo 63, parte I.
- Belchior, Elísio de Oliveira (1965). *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliana.
- Biblioteca Nacional (1968). *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- Biblioteca Nacional (1897). História dos colégios do Brasil (manuscrito da Biblioteca Nacional de Roma). *Annaes da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, vol. XIX.
- Bonciani, Rodrigo (2010). *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico*. São Paulo, SP. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Cavalcante, Nireu (2004). *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Enders, Armelle (2008). *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus.
- Fernandes, Eunícia Barros Barcelos (2015). *Futuros outros: homens e espaços. Os aldeamentos jesuítas e a colonização na América portuguesa*. Rio de Janeiro: Contra Capa.



- Fragoso, João, Guedes, Roberto e Krause, Thiago (2013). *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- Franco, Francisco de Assis Carvalho (1989). *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo: Itatiaia.
- Godoy, Silvana Alves de (2017). *Mestiçagem, guerras de conquista e governo dos índios. A vila de São Paulo na construção da monarquia portuguesa na América, (Séculos XVI e XVII)*. Tese defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Leite, Serafim (1960). *Monumenta Brasiliae*. Vol. III. Roma.
- Mendonça, Paulo Knauss de. (1999). *O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial*. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e esportes.
- Nóbrega, Manoel da. (1988). *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Ortiz, Domingos A. (1973). *El Antiguo Regimén*. Los reyes católicos y los austrias, História de España. Madrid: Alfaguara III, Alianza.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1965). *O Rio de Janeiro no século XVI*. Estudo Histórico. Vol. I. Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa.